

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Olho do Jardo Class.: 171

Data: 28/03/83 Pg.:

190 Tribo indígena processa multinacional

MANAUS (FT) — O advogado Hildeberto Dias deu entrada, na Justiça Federal, de uma ação indenizatória contra a Elf-Equitaine, em favor dos índios Sateré-Mawé, que exigem a soma de 30 milhões de cruzeiros por danos causados em suas terras pela Companhia Brasileira de Geofísica — CBG, subsidiária daquela multinacional francesa, devido a duas invasões.

A primeira incursão às terras dos Sateré-Mawé aconteceu no dia 20 de agosto de 1981, para a realização de levantamentos sismográficos, às margens dos rios Maraú e Andirá, no município de Barreirinha. O acampamento da CBG foi instalado dentro da aldeia de Ponta Alegre e, segundo o advogado Hildeberto Dias, foram feitas três picadas e três clareiras de três em três quilômetros, para pousos de helicópteros. Além disso, provocaram explosões

com cargas de dinamite que causaram pânico entre os indígenas e afugentaram as caças.

A CBG teria levado para a reserva bebidas alcoólicas e filmes pornográficos, os quais chegaram a ser assistidos pelos índios. Depois de insistentes apelos da tribo à Funai, os trabalhos de pesquisas e prospecção de petróleo foram interrompidos em novembro de 1981.

Depois de manter contatos com os dirigentes da Petrobrás e da Elf-Equitaine, o presidente da Funai levou a Manaus uma cópia de um convênio em que as pesquisas passariam a ser controladas pelo órgão e com prévia autorização dos indígenas. A Elf, apesar dos prejuízos levantados na época, que totalizavam 50 milhões de cruzeiros, pagou, através da Petrobrás, 5 milhões à tribo. Isso foi em 1982.

O advogado Hildeberto Dias considera

esse convênio nulo de pleno direito, pois feriu frontalmente o art. 2.º do Estatuto do Índio, pois a entrada de empresas em territórios indígenas é feita através de decreto do presidente da República, que neste caso não aconteceu.

NOVA INVASÃO

Depois de um ano, a Elf-Equitaine, através da CBG, voltou a invadir as terras dos índios Sateré-Mawé (no dia 19 de novembro), desrespeitando não só o convênio como a própria Constituição Federal.

Nessa nova invasão, segundo Hildeberto Dias, os danos causados foram ainda maiores, pois construíram 144 quilômetros de picadas, além de 86 clareiras, bem como as detonações para realizarem os levantamentos sísmicos, levando mais de 100 trabalhadores braçais e técnicos à área.